

# Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 16 de agosto de 2024 • Nº 1868 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

**Arnaldo Niskier**

Passarinho na vida pública

PÁGINA 4

**BOLSAS E AUXÍLIOS**

## Estudantes e servidores da Uerj entram em conflito

Estudantes e seguranças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) entraram em conflito ontem. A universidade suspendeu as atividades no campus. Desde 26 de julho um grupo de estudantes ocupa a reitoria em protesto contra mudanças nas regras para a concessão de bolsas e auxílios de assistência estudantil para alunos da graduação. Os ânimos se acirraram quando, nessa quarta-feira passada, os estudantes estenderam a ocupação também ao Pavilhão João Lyra Filho, principal prédio do campus Maracanã. Com bancos e cadeiras, os estudantes montaram barricadas para impedir o acesso ao prédio. O conflito ocorreu na desocupação desse pavilhão. Segundo relatos de estudantes, houve truculência por parte dos servidores e seguranças que buscavam a desocupação. Já a universidade afirma que o processo foi pacífico. Em comunicado divulgado ainda na noite de ontem, a reitoria informou que considerou as ações dos estudantes "inaceitáveis" e que determinou a abertura de sindicância para apuração imediata dos fatos e identificação dos envolvidos. **PÁGINA 6**

**IBGE**

## Taxa de desemprego cai em 15 estados no segundo trimestre

A taxa de desemprego recuou em 15 das 27 unidades da federação no segundo trimestre deste ano em relação ao primeiro trimestre. Nos demais locais, a taxa ficou estável. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (Pnad-C), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A

maior queda foi observada na Bahia (-2,9 pontos percentuais), já que o estado passou de uma taxa de desocupação de 14% no primeiro trimestre para 11,1% no segundo trimestre. Apesar disso, o mercado de trabalho baiano apresenta o segundo maior índice do país, ficando atrás apenas de Pernambuco (11,5%). **PÁGINA 2**

**PETROBRAS**



RICARDO STUCKERT/PR

## Fertilizantes: Lula reativa fábrica fechada por Bolsonaro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, ontem, da retomada das atividades da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), empresa subsidiária da Petrobras, que receberá R\$ 870 milhões em investimento para a reabertura. A unidade foi fechada em 2020, e seus trabalhadores foram dispensados. No início de julho, 215 ex-funcionários da fábrica reiniciaram suas atividades na fábrica e a expectativa

é que, durante a intervenção para retorno operacional, sejam gerados mais de 2 mil empregos. Após o retorno da produção, previsto para o segundo semestre de 2025, devem ser mantidos cerca de 700 empregos diretos. Já na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) da Petrobras, situada ao lado da Ansa no município de Araucária (PR), a empresa prevê investimento de R\$ 3,2 bilhões até 2028. **PÁGINA 3**

**SÃO PAULO**

## MP pede abertura de inquérito contra Pablo Marçal

O Ministério Público Eleitoral (MPE) solicitou ontem, a instauração de inquérito pela Polícia Federal contra o influenciador Pablo Marçal (PRTB). A abertura da investigação foi requisitada após uma notícia-crime enviada à Justiça Eleitoral pelo deputado Guilherme Boulos (PSOL), na qual o parlamentar acusa Marçal de divulgar notícias falsas contra ele. Ambos são candidatos à Prefeitura de SP. O promotor eleitoral Nelson dos Santos Pereira pede que Marçal seja investigado pela prática dos crimes de calúnia. **PÁGINA 4**

**EMENDAS IMPOSITIVAS**



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

## Congresso pede ao STF suspensão de decisões de Dino

A Câmara dos Deputados, o Senado e dez partidos políticos apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de suspensão das decisões liminares do ministro Flávio Dino (foto) que interromperam o pagamento de emendas impositivas ao Orçamento da União. No pedido, o Congresso questiona a legalidade e a constitucionalidade dos atos monocráticos de Dino e argumenta que as decisões foram proferidas fora de qualquer contexto de urgência que justificasse uma análise isolada e não colegiada. **PÁGINA 5**

**INDICADORES**

IBOVESPA: 0,63% / 134.153,42 / 835,76 / Volume: R\$ 27.460.762.004 / Negócios: 4.515.162			Bolsas no mundo			Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo																			
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		Taxa Selic		IPCA		CDI		Ouro		BM&F/grama/RJ		EURO Comercial								
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dólar	%	Dólar	%	Dólar	%	Dólar	%	Dólar	%	Dólar	%						
AMERICANAS ON NM	0,14	-57,58	-0,19	IRB(RE) ON NM	42,49	+30,66	+9,97	AMERICANAS ON NM	0,14	-57,58	-0,19	Dow Jones	40.563,06	+1,39	NASDAQ Composite	17.594,495	+2,34	CAC 40	7.423,37	+1,23	FTSE 100	8.347,35	+0,80	DAX	18.183,24	+1,70	Ftse Mib	32.328,03	+1,00
COGNA ON ON NM	1,39	0,00	0,00	DOTZ SA ON NM	6,850	+24,32	+1,340	INFRACOMM ON NM	0,230	-20,69	-0,060	PDG REALT ON NM	0,17	-10,53	-0,02	PETZ ON NM	82,99	+18,64	+13,04	SEQUIOIA LOG ON NM	5,510	-9,67	-0,590						
HAPVIDA ON NM	4,42	+0,23	+0,01	KARSTEN PN	19,00	+22,90	+3,54	AMBEV S/A ON	13,03	+3,74	+0,47	AMBIPAR ON NM	82,99	+18,64	+13,04														
PETZ ON NM	3,45	-9,69	-0,37	AERIS ON NM	10,190	+15,66	+1,380																						

## MERCADOS



## Bovespa arrefece após renovar a máxima, mas segura 134 mil pontos

CAROLINE ARAGAKI/AE

O rali da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) perdeu ímpeto na segunda metade do pregão por uma "correção natural", depois de ter conquistado nova máxima histórica intradia pouco antes das 13h. Contudo, o Ibovespa (Índice Bovespa) ainda assim subiu pelo 8º pregão consecutivo e graficamente está em tendência de alta, segurando-se no nível dos 134 mil pontos e praticamente zerando as perdas do ano de 2024.

Na máxima histórica obtida no início da tarde, o Ibovespa subiu 0,94%, aos 134.574,50 pontos. Assim, desbancou o recorde anterior de 134.391,67 pontos de 28 de dezembro de 2023.

Contudo, o índice perdeu parte do fôlego em um ajuste considerado pontual. Assim, fechou aos 134.153,42 pontos, com avanço de 0,63% e 52,9% da carteira no positivo, perto da máxima histórica de fechamento (134.193,71 pontos) atingida em 27 de dezembro de 2023.

O Ibovespa renovou máxima histórica na quarta-feira passada, mas o EWZ (principal fundo de índice, ETF, brasileiro em Nova York) não atinge um novo topo desde 20 de maio de 2008, quando no

intradia chegou a US\$ 100,57. No período, a divisa americana se valorizou 232,35%.

A maior parte das blue chips avançou, inclusive Vale inverteu o sinal negativo visto pela manhã e fechou com alta de 0,41%. Além disso, Petrobras subiu 1,54% (PN) e 1,02% (ON), apoiada na alta do petróleo. Entre os grandes bancos, Itaú PN liderou com alta de 1,59%, seguido por Bradesco ON (+1,27%) e PN (+1%).

O giro financeiro da Bolsa totalizou R\$ 27,2 bilhões no dia. O Ibovespa acumula alta de 2,71% na semana, de 5,09% em agosto, e quase zera (-0,02%) as perdas do ano de 2024.

## DÓLAR

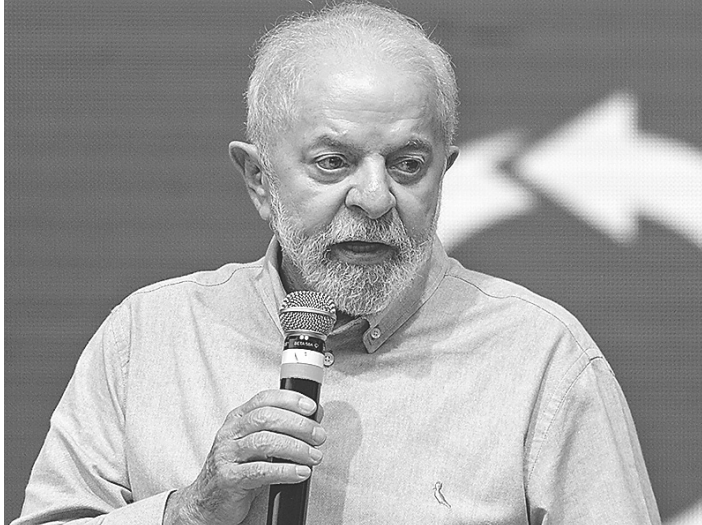
Após trocas de sinal pela manhã e no início da tarde, o dólar à vista se firmou em terreno positivo nas últimas horas de pregão e encerrou a sessão de ontem, em leve alta, mas ainda abaixo da linha de R\$ 5,50.

Com mínima a R\$ 5,4513 pela manhã e máxima a R\$ 5,4938, à tarde, o dólar à vista encerrou o dia cotado a R\$ 5,4838, em alta de 0,27%. Apesar de dois pregões seguidos de ganhos, a moeda ainda cai na semana (-0,57%). No mês, a desvalorização acumulada é de 3,03%.

## 'DAR O BOTE'

## Lula defende fim do Imposto de Renda sobre PLR de trabalhadores

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

SOFIA AGUIAR  
E CAIO SPECHOTO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) disse estar "esperando a oportunidade" para "dar o bote" e aprovar o fim do pagamento do Imposto de Renda na Participação nos Lucros e Resultados (PLR). De acordo com ele, a isenção da PLR está em sua cabeça há muito tempo.

"Estou só esperando a oportunidade para que a gente possa dar o bote e aprovar o fim do Imposto de Renda na PLR para o povo brasileiro", disse Lula, durante visita à fábrica da Renault em São José dos Pinhais (PR), nesta quinta-feira, 15. "Essa questão do PLR está na minha cabeça há muito tempo." De acordo com Lula, "aquilo que é salário não pode ser tratado como renda".

No discurso, o chefe do Exe-

cutivo federal voltou a criticar o volume de dividendos pagos a acionistas minoritários da Petrobras. "As pessoas que investem na Petrobras, os acionistas da Petrobras, no final do ano, tiveram R\$ 45 bilhões distribuídos de dividendos a acionistas, e eles não pagam um centavo de imposto de renda", comentou. "Não é justo", acrescentou.

Apesar da intenção de propor o fim do pagamento do Imposto de Renda na PLR, Lula ponderou que "não é fácil" aprovar algumas matérias no Congresso, pois o governo não tem maioria no Parlamento. "Eu ganhei as eleições e meu partido tem apenas 70 deputados em 513. Se juntar o partido do Alckmin PSB, mais os de esquerda, dá 120 deputados. Tenho 9 senadores em 81. Então, não é fácil aprovar as coisas que a gente quer que sejam aprovadas."

## IBGE

# Taxa de desemprego cai em 15 estados no 2º trimestre

VITOR ABDALA/ABRASIL

A taxa de desemprego recuou em 15 das 27 unidades da federação no segundo trimestre deste ano em relação ao primeiro trimestre. Nos demais locais, a taxa ficou estável. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (Pnad-C), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A maior queda foi observada na Bahia (-2,9 pontos percentuais), já que o estado passou de uma taxa de desocupação de 14% no primeiro trimestre para 11,1% no segundo trimestre. Apesar disso, o mercado de trabalho baiano apresenta o segundo maior índice do país, ficando atrás apenas de Pernambuco (11,5%).

A média da taxa de desemprego no país caiu 1 ponto percentual, passando de 7,9% para

6,9% no período, conforme divulgado no fim de julho.

Além da Bahia, outros nove estados tiveram queda acima da média nacional: Piauí (-2,4 pontos percentuais, ao passar de 10% para 7,6%), Amazonas (-1,9 ponto percentual, ao passar de 9,8% para 7,9%), Alagoas (-1,8 ponto percentual, ao passar de 9,9% para 8,1%), Tocantins (-1,7 ponto percentual, ao passar de 6% para 4,3%), Acre (-1,7 ponto percentual, ao passar de 8,9% para 7,2%), Espírito Santo (-1,4 ponto percentual, ao passar de 5,9% para 4,5%), Maranhão (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,4% para 7,3%), Ceará (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,6% para 7,5%) e Pará (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,5% para 7,4%).

Minas Gerais e São Paulo tiveram a mesma queda da média nacional, sendo que o primeiro recuou de 6,3% para 5,3% e o se-

gundo, de 7,4% para 6,4%.

Com quedas menos intensas do que a média nacional, aparecem Goiás (-0,9 ponto percentual, ao passar de 6,1% para 5,2%), Rio de Janeiro (-0,7 ponto percentual, ao passar de 10,3% para 9,6%) e Santa Catarina (-0,6 ponto percentual, ao passar de 3,8% para 3,2%). Este último estado apresentou a taxa mais baixa entre todas as unidades da federação.

Mato Grosso e Rondônia mantiveram-se estáveis e com taxas semelhantes a Santa Catarina (3,3%). Ainda na casa dos 3 pontos, aparece Mato Grosso do Sul, com 3,8%.

Além desses, apresentaram estabilidade na taxa de desocupação, Paraná (4,4%), Rio Grande do Sul (5,9%), Roraima (7,1%), Paraíba (8,6%), Amapá (9%), Sergipe (9,1%), Rio Grande do Norte (9,1%), Distrito Federal (9,7%) e Pernambuco (11,5%).

## RENDIMENTO

Apenas quatro estados tiveram aumento de rendimento médio real mensal habitual do primeiro para o segundo trimestre deste ano: Rondônia (8,7%), Pernambuco (8,5%), Ceará (7,2%) e Rio Grande do Sul (5%). As demais unidades da federação mantiveram os valores estáveis.

Na comparação com o segundo trimestre do ano passado, no entanto, o rendimento cresceu em dez estados: Rio Grande do Norte (19,8%), Bahia (15,9%), Rondônia (13,3%), Maranhão (9,2%), Rio Grande do Sul (8,9%), Minas Gerais (7,5%), Paraná (6,7%), Mato Grosso (6,3%), São Paulo (6%) e Santa Catarina (5,5%).

O Distrito Federal continua com o maior rendimento médio (R\$ 5.154), enquanto o Maranhão segue com o menor valor (R\$ 2.088).

## NOVAS METAS

## Governo e indústria da saúde vão investir R\$ 57,4 bilhões

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

No contexto da nova política industrial do país, em vigor desde janeiro, o governo federal e empresas do complexo econômico-industrial da saúde anunciaram investimentos conjuntos que somam R\$ 57,4 bilhões. O anúncio foi feito no Palácio do Planalto, em Brasília, na quarta-feira passada.

"O governo cuida da indústria, do povo, do país, da soberania desse país. Esse país tem tudo para ser grande. Estejam certos que o SUS vai continuar se aperfeiçoando e a gente vai poder ter orgulho de dizer que somos brasileiros e não desistimos nunca", declarou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a cerimônia.

Além disso, foram definidas novas metas para o setor, aprovadas durante reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), reativado no mês passado pelo presidente Lula.

A principal delas é o aumento da produção nacional na área de medicamentos e produtos de saúde visando reduzir a dependência de importações. O objetivo é chegar a suprir, com a indústria nacional, 70% da necessidade do país em nove anos, segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin.

"Hoje, foi apresentada a Missão 2 da Nova Indústria Brasil, que (envolve) o complexo industrial da saúde. Na reunião do CNDI, mais cedo, foram aprovadas as metas. Então, nós partimos de um número básico (atual) de 45% de produção no país, dos

produtos do complexo da saúde. A meta, até 2026, é chegarmos a 50%. E, depois, em 2033, a 70% (de produção nacional)", detalhou Alckmin.

Titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos destacou a importância de ampliar a produção nacional na área de saúde como estratégia de soberania nacional.

"Sentimos na pele o quanto significou a dependência (internacional), principalmente na (pandemia de) Covid. Mesmo com nossa força na produção de vacinas, nós tivemos que importar bastante por causa da escala para atender o povo", exemplificou.

## INVESTIMENTOS

Já em relação aos investimentos, a indústria da saúde conta com financiamento público de R\$ 16,4 bilhões, segundo o governo. São R\$ 8,9 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Saúde, R\$ 4 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 3,5 bilhões da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), agência federal vinculada ao MCTI. Esses valores já incluem os contratos assinados durante a reunião.

A esse volume somam-se R\$ 39,5 bilhões em investimentos privados das empresas do setor, que incluem empresas da indústria médica e farmacêutica.

Desse total, R\$ 33,5 bilhões são aportes do Grupo FarmaBrasil, Interfarma e Sindusfarma, previs-

tos entre 2024 e 2026, que vão financiar novas plantas industriais e ampliação da fabricação nacional de insumos.

Outros R\$ 6 bilhões irão para o Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS/ Santa Cruz e Fiocruz) para ampliar a oferta de vacinas e biofármacos. A produção estimada é de 120 milhões de frascos por ano - para atender prioritariamente demandas da população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

O setor de saúde representa cerca de 9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, que reflete o tamanho da economia brasileira, destacou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

"É um setor fundamental e que gera muita inovação tecnológica, além de ter um papel decisivo na sobrevivência, na qualidade de vida da população", afirmou. Mercadante defendeu uma ampliação do setor de saúde, que atualmente corresponde a 2% da indústria de transformação.

"É pouco, tem que ser mais. Temos um déficit comercial de US\$ 14,6 bilhões. Nós importamos US\$ 17,1 bilhões e só exportamos US\$ 2,5 bilhões. Ou seja, se a gente fortalece esse setor, a gente economiza divisas, gera emprego, gera mais competitividade e começa a exportar", observou.

Um dos impulsos para novos investimentos deve ser a reforma tributária, disse a ministra da Saúde, Nísia Trindade, durante a reunião.

"Uma outra dimensão muito importante da reforma tributária, que ainda vai para o Senado, co-

mo sabemos, é estabelecer 100% de desoneração nas compras públicas, na área da saúde, e redução de 60% da alíquota básica na área de medicamentos", afirmou.

## AVANÇO DA INDÚSTRIA

Presidente-executivo do Grupo FarmaBrasil, que representa o setor de medicamentos, Reginaldo Arcuri afirmou que as políticas industriais dos governos anteriores de Lula fizeram com que das 10 maiores empresas farmacêuticas do país seis passassem a ser nacionais ao longo dos últimos 20 anos.

"Em todas essas políticas, o setor saúde e especificamente a produção de medicamentos tiveram destaque como setores estratégicos e importadores de futuro", afirmou. Ele ressaltou que o Grupo FarmaBrasil vai investir cerca de R\$ 20 bilhões em novas fábricas, ampliações, equipamentos e pesquisa e desenvolvimento nos próximos anos.

Arcuri ainda defendeu segurança jurídica e previsibilidade nas políticas públicas, já que o setor de medicamentos depende de longos processos de desenvolvimento.

"Para isso, precisamos atualizar as normas na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cemed). Outro fator, já mencionado, é solucionarmos, com urgência, os problemas enfrentados pela Anvisa para o desempenho de suas ações. É imprescindível manter o alto nível de qualidade da agência na análise de segurança e eficácia dos medicamentos", observou.

## Nota

### FUNDO DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE TERÁ R\$ 2 BILHÕES A MAIS EM 2024

O Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) aprovou, ontem, no Recife, a reprogramação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com um adicional de R\$ 2 bilhões no orçamento deste ano. Com isso, a disponibilidade de recursos para a área de atuação da Sudene passou para R\$ 39,88 bilhões, com uma nova distribuição por porte, setores, estados, atividades prioritárias e programas de crédito. Serão

destinados 30% da cota do FNE referentes à infraestrutura para apoiar projetos definidos como prioritários pelos estados e municípios da área de abrangência da Sudene, com repasse de verbas viabilizado por meio de parcerias público privadas e concessões. Esse ajuste é exclusivo para o setor de infraestrutura, contemplado com 30% do orçamento anual do Fundo Constitucional. A reunião do Conselho Deliberativo também aprovou as diretrizes e prioridades do FNE para 2025, levando em consideração políticas setoriais recentes como a Nova Indústria Brasil, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de Transição Ecológica.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

## INVESTIMENTOS

# Fábrica de fertilizantes é reativada com R\$ 870 mi

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, ontem, da retomada das atividades da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), empresa subsidiária da Petrobras, que receberá R\$ 870 milhões em investimento para a reabertura. A unidade foi fechada em 2020, e seus trabalhadores foram dispensados.

No início de julho, 215 funcionários da fábrica reiniciaram suas atividades na fábrica e a expectativa é que, durante a intervenção para retorno operacional, sejam gerados mais de 2 mil empregos. Após o retorno da produção, previsto para o segundo semestre de 2025, devem ser mantidos cerca de 700 empregos diretos.

Já na refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) da Petrobras, situada ao lado da Ansa no município de Araucária (PR), a empresa prevê investimento de R\$ 3,2 bilhões até 2028, com ge-

ração de 27 mil empregos diretos e indiretos. A unidade é responsável por aproximadamente 15% do mercado nacional de derivados de petróleo, atendendo principalmente ao Paraná, Santa Catarina, sul de São Paulo e de Mato Grosso do Sul.

"A gente não está recuperando uma fábrica de fertilizante, a gente não está apenas fazendo um investimento de quase R\$ 4 bilhões, a gente está cuidando de recuperar a autoestima desse país, o orgulho do povo brasileiro e o orgulho de a gente ser brasileiro, porque o trabalhador, o que vale para nós, é ter um emprego garantido, ter um salário justo e cuidar da nossa família com respeito", disse Lula, lamentando a paralisação de investimentos em unidades da Petrobras nos últimos governos.

Mais cedo, em entrevista à Rádio T, do Paraná, Lula destacou a importância da fabricação de fertilizantes no Brasil para reduzir a dependência da importação desses insumos. "Uma fábrica de

fertilizante num país que tem um potencial agrícola gigantesco e no estado como o Paraná, que tem uma produção agrícola muito forte, você parar de fazer fábrica de fertilizante para produzir nitrogênios, para produzir ureia, é uma coisa uma coisa impensável", disse Lula.

"É irresponsabilidade a gente não ter em conta que o Brasil não pode importar 90% dos insumos que nós precisamos, para fazer com que a nossa agricultura seja o potencial que é hoje, então nós estamos recuperando isso", acrescentou o presidente na entrevista.

Os fertilizantes nitrogenados, como ureia, são largamente usados pelo setor agrícola no país, sendo considerados essenciais para o fornecimento de um ou mais nutrientes para as plantas. A base de produção da ureia é a amônia, extraída, por sua vez, da combinação entre hidrogênio e nitrogênio. O hidrogênio vem do gás natural.

O Brasil consome 8% de toda

a produção mundial de fertilizantes, estimada em 55 milhões de toneladas, mas importa 85% do insumo usado pelo agronegócio. A Ansa tem capacidade de produção de 720 mil toneladas de ureia por ano, o que corresponde a 8% do mercado local.

De acordo com a Petrobras, o Plano Estratégico 2024-2028 da companhia contempla, no total, investimentos de R\$ 60 bilhões em expansão no parque de refino de petróleo do país e cerca de R\$ 6 bilhões em fábricas de fertilizantes.

## LAVA JATO

Durante seu discurso, Lula se emocionou ao falar do orgulho que sente ao vestir a camisa da Petrobras, que usava no evento. A companhia foi o principal alvo da Operação Lava Jato, que prometia combater a corrupção no setor de petróleo e gás do país nos governos do PT. A operação, entretanto, custou caro à economia brasileira e deixou o desafio da reconstrução dos setores.

de R\$ 4,8 bilhões no quarto trimestre de 2023", informou.

Além disso, a varejista destaca que a queda do prejuízo vista na primeira metade de 2024 "da continuidade dos impactos positivos iniciais da nova estratégia de negócios e esforços de transformação da Administração da companhia".

No ano passado, o Ebitda fechou negativo em R\$ 2,804 bilhões, 56,9% melhor do que em 2022. Já neste primeiro semestre, o número fechou positivo em R\$ 1,34 bilhão, revertendo negativo de R\$ 1,185 bilhão do mesmo período de 2023.

## BALANÇO

## Prejuízo da Americanas em 2023 atinge R\$ 2,27 bilhões

TALITA NASCIMENTO/AE

A Americanas divulgou no período da noite da quarta-feira passada, os seus resultados referentes ao ano fechado de 2023 e aos primeiros seis meses de 2024. A companhia apresentou prejuízo de R\$ 2,272 bilhões no ano passado, 82,8% menor em relação a 2022 (considerando os

números reapresentados após a descoberta da fraude de resultados da companhia). No primeiro semestre deste ano, o prejuízo foi de R\$ 1,4 bilhões, 55,9% menor ante igual intervalo de 2023.

Segundo a companhia, o resultado de 2023 foi negativamente marcado pelo impacto operacional da crise financeira e da redução de receitas, com cus-

tos adicionais da investigação e da recuperação judicial, parcialmente compensados por impactos tributários.

"A homologação do plano de recuperação judicial e a sua execução abre caminho à expectativa da companhia para gerar lucro tributável em 2024 o que possibilitou o reconhecimento de impostos diferidos no valor

CARMO ENERGY S.A.				CNPJ: 41.955.491/0001-01			
As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável; e As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <a href="https://diariooacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/">https://diariooacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/</a>							
<b>Balanco patrimonial Em 31 de dezembro</b> (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)				<b>Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro</b> (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	
<b>Circulante</b>				<b>Receita Operacional de Vendas</b>	20	715.852	-
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.490	126.825	<b>Custos de Mercadorias Vendidas</b>	21	(523.411)	-
Contas a receber		525	-	<b>Lucro Bruto</b>		<b>192.441</b>	-
Estoque	6	485.015	274.492	<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas antecipadas	7	28.434	20.546	Gerais e administrativas	21	(137.719)	(65.048)
Tributos a recuperar		15.925	286	Despesas comerciais	21	(21.694)	(87.165)
Ativo indenizatório de descomissionamento	9	69.183	64.102	Outras despesas e receitas	21	40.246	(3.482)
Adiantamentos a Fornecedores	8	64.304	-	<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>73.274</b>	<b>(68.530)</b>
Adiantamentos diversos		2.357	8.183	Receitas financeiras	22	46.059	16.805
Transações com partes relacionadas	10	21.694	21.694	Despesas financeiras	22	(443.944)	(87.165)
Instrumentos Financeiros	23	18.383	-	Variáveis cambiais, líquidas	22	284.885	71.207
Outros Ativos		25	-	<b>Resultado financeiro</b>		<b>(113.000)</b>	<b>847</b>
<b>Total Ativo Circulante</b>		<b>732.335</b>	<b>516.128</b>	<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>(39.726)</b>	<b>(67.683)</b>
<b>Não circulante</b>				IR e C.S. diferidos	11	61.483	22.837
<b>Realizável a LP</b>				<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>21.757</b>	<b>(44.846)</b>
Despesas Antecipadas	7	26.307	17.939	<b>Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro</b> (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Instrumentos Financeiros	23	34.226	-	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>21.757</b>	<b>(44.846)</b>
Depósitos Judiciais		231	-	<b>Outros resultados abrangentes</b>			
Ativo indenizatório de descomissionamento	9	56.910	71.499	Resultado não realizado de instrumentos financeiros	23	(2.552)	-
Adiantamentos diversos		11.506	-	<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>19.205</b>	<b>(44.846)</b>
Transações com partes relacionadas	10	65.081	86.774	<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b> Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Impostos diferidos	11	187.135	22.837				
		<b>381.396</b>	<b>199.049</b>				
Direito de uso	15	479	702				
Imobilizado	12	6.612.946	6.091.222				
Intangível	13	20.797	14.163				
<b>Total Ativo Não circulante</b>		<b>7.015.618</b>	<b>6.305.136</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>7.747.953</b>	<b>6.821.264</b>				
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	14	528.156	188.184				
Transações com partes relacionadas	10	336.840	276.931				
Arendamentos a pagar	15	174	80				
Obrigações sociais e trabalhistas		9.465	8.646				
Tributos a recolher		17.676	1.639				
Valores a pagar por aquisição	16	1.438.026	1.434.868				
Descomissionamento de poços secos	9	30.205	64.102				
Passivos financeiros derivativos	23	20.885	-				
Dividendos a Pagar	19	-	-				
Outros Passivos		3.203	-				
<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>2.384.630</b>	<b>1.974.450</b>				
<b>Não circulante</b>							
Transações com partes relacionadas	10	2.619.935	2.464.135				
Arendamentos a pagar	15	387	691				
Provisão para desmantelamento de áreas	18	498.763	369.435				
Descomissionamento de poços secos	9	74.572	71.499				
Impostos Diferidos		101.501	-				
Passivos financeiros derivativos	23	35.590	-				
<b>Total Passivo Não circulante</b>		<b>3.330.748</b>	<b>2.905.760</b>				
<b>Total do passivo</b>		<b>5.715.378</b>	<b>4.880.210</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital Social	19	2.058.216	1.985.901				
Prejuízos acumulados		(23.089)	(44.847)				
Outros Resultados Abrangentes		(2.552)	-				
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>7.747.953</b>	<b>6.821.264</b>				
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023</b> (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)							
<b>1. Contexto operacional:</b> A Carmo Energy S.A. ("Companhia" ou "Carmo Energy") é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2021, atualmente estabelecida na Av. Almirante Barroso, 52, sala 2202, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.031-000. A Companhia tem como principal objetivo a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. A Companhia é controlada pela Serpipe Energy S. L. ("SEN") anteriormente denominada como "Servicios Integrales Cobra III S.L.", tendo como controlador final a Vinci. Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou um contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") para adquirir todas as participações da empresa petrolífera em um conjunto de 11 concessões de campos de produção terrestres, localizadas no estado de Sergipe. Essas concessões, que são conhecidas em conjunto como Polo Carmópolis, incluem instalações integradas. A efetivação deste contrato estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições pré-acordadas, que foram satisfeitas ao longo de 2022. O valor da compra foi de US\$ 1.100.000 mil (aproximadamente R\$ 6 bilhões), sendo (i) US\$ 275.000 mil a título de sinal; (ii) US\$ 550.000 mil no fechamento da transação e (iii) US\$ 275.000, 12 meses após o fechamento. A							
celebração do contrato ocorreu em 23 de dezembro de 2021 e o pagamento do sinal no dia 17 de janeiro de 2022. A aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ocorreu em 12 de janeiro de 2022 e a aprovação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ocorreu no dia 06 de dezembro de 2022. Em dezembro de 2022, a Companhia passou a ter acesso ao Polo Carmópolis para iniciar efetivamente as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Contudo, a última parcela da transação foi liquidada em janeiro de 2024, com acréscimo de encargos, totalizando em US\$ 298.294 mil, conforme nota explicativa 16 – Valores a pagar por aquisição. A Companhia está inserida no segmento de Upstream, focando nas atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás. Este segmento representa o estágio inicial na cadeia de valor do setor petrolífero, sendo crucial para o fornecimento de matérias-primas essenciais. A indústria petrolífera é regulada pela ANP, que assegura a conformidade com as políticas energéticas nacionais. <b>2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos interpretativos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro, <i>International Financial Reporting Standards (IFRS)</i> emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i> (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes como as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas, em conjunto ao exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. <b>3. Principais eventos ocorridos durante</b>							

## Nota

### EM NOVA PROPOSTA, GOVERNO OFERECE REAJUSTE DE 27% PARA SERVIDORES DAS AGÊNCIAS

A nova reunião entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e servidores das agências reguladoras terminou ontem, com a proposta de reajuste na folha salarial de 27% para a carreira geral e 15,5% para os servidores do chamado Plano Especial de Carreira (PEC). O primeiro grupo atinge 8,8 mil servidores e o segundo 2,5 mil, aproximadamente. Uma assembleia ainda vai deliberar sobre a nova proposta do Executivo. Mais cedo, a ministra da Gestão, Esther Dweck, afirmou que as categorias do funcionalismo que estão negociando reajuste devem fechar os acordos nesta semana - caso contrário ficarão de fora do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Ou seja, sem garantia do reajuste em 2025. A última oferta, feita na reunião do dia 29 de julho, previa reajuste de 23% para os servidores da carreira e de 14,4% para os PECs. Os ganhos para os servidores das agências serão divididos em duas parcelas, a primeira em 2025 e a segunda em 2026. Em 2023, o governo já aplicou um aumento na folha salarial de todo o funcionalismo federal, em 9%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS CONCESSÃO DE LICENÇA 27.383.117/0004-09			
A NEW WAVE TECH S.A. - CNPJ: 27.383.117/0004-09 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias-SMMAPA a Licença de Averbação nº 014/2024, emitida em 30 de julho de 2024. Que altera os dados da Licença de Operação, alterar o objetivo para galpão de armazenamento de materiais - resíduos minerais, serão recebidos resíduos de amostras de Bauxita, Alumina Calcínada, carvão de aço, carvão mineral, carvão vegetal, Minério de Níquel, hematita, magnetita, limonita, coque, serragem, resíduo de tijolo, argila, caulim, alumina, calcário, carbonato de cálcio, bentonita, binder chinês, provenientes do processo de beneficiamento de minério com área total construída 750,00m², localizado na Avenida Mascarenhas de Moraes, nº 1840, Quadra 25, Lote 11, 3º Loteamento das Chácaras-Rio-Petrópolis, Bairro Figueira, 2º Distrito de Duque de Caxias, RJ, referente ao processo nº 019/000.509/2024.			

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS CONCESSÃO DE LICENÇA 27.383.117/0003-10			
A NEW WAVE TECH S.A. - CNPJ: 27.383.117/0003-10 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias-SMMAPA a Licença de Averbação nº 010/2024, emitida em 30 de julho de 2024. Que altera os dados da Licença de Operação, alterar o objetivo para recebimento, armazenamento e manuseio de resíduos proveniente de beneficiamento de minérios (Bauxita, Alumina Calcínada e Minério de Níquel), preparação de amostras para testes prévios e serviços de análises minerais químicas, geoquímicas e ensaios laboratoriais, no galpão 2 de 632,99 m² e estacionamento de veículos, central de resíduos e utilização de equipamentos para teste no Galpão 4 de 445,60 m² de A.T.C. Situado na Avenida Mascarenhas de Moraes, Nº 2034 – Lotes 9 e 11 – Quadra 25 C, 3º Loteamento das Chácaras Rio-Petrópolis, Bairro Figueira, 2º Distrito de Duque de Caxias, RJ, referente ao processo nº 019/000.728/2023.			

COOPATUR – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TAXI E TURISMO DO RIO DE JANEIRO LTDA. CNPJ 28.789.584/0001-45 - NIRE 33.4.0000078-1			
<b>EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA</b> O Presidente da COOPATUR, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 38 (trinta e oito) cooperados, no gozo de seus direitos sociais, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede da Coopatur Rádio Táxi, na Rua Guilherme Frota, 167 – Bonsucesso – RJ, nesta Cidade no dia 30/08/2024 (sexta-feira), com 1ª convocação às 10hs com a presença mínima de 2/3 dos cooperados; 2ª chamada às 11hs com a presença mínima de metade + 1 dos cooperados e em 3ª e última convocação às 12hs com a presença mínima de 10 cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – JULGAMENTO DE RECURSO CONTRA DECISÃO DE ELIMINAÇÃO DO COOPERADO VTR 103; II – JULGAMENTO DE RECURSO CONTRA DECISÃO DE ELIMINAÇÃO DA COOPERADA VTR 007; III – REFORMA DO ESTATUTO; IV – REFORMA DO REGIMENTO INTERNO; V – REFORMA DO REGIMENTO DISCIPLINAR; VI – ASSUNTOS GERAIS; Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 2024. Filipe Rosa Alves Diretor Presidente			



## Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

### Passarinho na vida pública

Pode-se julgar a conduta de um homem público somente por uma frase? Infelizmente, isso tem sido feito em nosso país, quando se fala em Jarbas Gonçalves Passarinho. Ele foi um competente governador do Estado do Pará e igualmente um excelente Ministro da Educação, mas ficou duramente marcado por ter aderido ao fatídico AI-5. Em resposta ao então Ministro Delfim Neto, quando se discutia o destino do país, soltou a frase infeliz que tisonou a sua biografia: "Vamos mandar às favas os escrupulos."

Mas não se pode esquecer que, entre outras coisas, ele foi o responsável pela histórica Lei nº 5692/71, que criou a reforma do ensino profissionalizante. E acabou sendo conhecida com a "Lei Passarinho" pelas inovações trazidas à educação brasileira.

No livro "A nova educação", de Bloch Educação, 1985, na página 29 está escrito que "A Lei 5692, que reformou o ensino de 1º e 2º graus, ganhou o nome de Lei Passarinho. Com direito a elogios e críticas, uma das quais - a mais contundente - refere-se à obrigatoriedade do ensino profissionalizante. Só que a infeliz ideia teve outros autores: o Senador Antônio Carlos Konder Reis, o Deputado Bezerra de Melo e integrantes da bancada paulista. Esse capítulo foi reformulado por outra lei (7044). O ensino profissionalizante não é mais obrigatório, mas de certa forma deve ser oferecido aos nossos jovens. Precisamos de milhares de técnicos de nível intermediário."

Esse fato foi recentemente muito discutido, quando o tema era o novo ensino médio. Temos novas posturas a partir do próximo ano letivo e haverá oportunidade para alterações substanciais.

Lembro também que ele criou um grupo de trabalho para estudar a implantação da Universidade Aberta no Brasil. Isso sempre foi uma necessidade, que custamos a entender e colocar em prática.

Não se esperava que o então Ministro da Educação resolvesse todos os problemas da educação brasileira num curto espaço de tempo. Como não se tem essa mesma expectativa com relação ao atual Ministro Camilo Santana, que tem na sua biografia um excelente trabalho no Estado do Ceará. E agora faz o que pode pelo país, como a generosa iniciativa do projeto "Pé-de-Meia", que devemos aplaudir com todo empenho. Vai ajudar alunos que se encontram fora da escola e passam a ter boas oportunidades, com um inesperado financiamento.

Lembro mais uma vez de Jarbas Passarinho, nos seus tempos de Ministro da Educação. Teve um diálogo com Gilson Amado, que dirigia os programas de teleducção. Passarinho cobrava de Gilson Amado a criação de uma teledidática nacional. "Filmar aulas pela televisão é pouco pra o que pretende o país." Dizia ele. E Gilson esgrimia como era possível, tentando justificar a necessidade de maiores recursos financeiros para a sua Fundação. Passaram-se os anos e o quadro, na verdade, se altera muito pouco. A pergunta que se faz é quando teremos uma teleducção identificada com a Política Nacional de Educação?

Concluimos essa pequena intervenção com a reiteração da esperança de que o novo ensino médio traga boas esperanças ao nosso ensino. Não haverá alterações no Enem. A prova anual continuará alinhada à formação geral da Base Nacional Comum Particular, como queria o ministro da Educação.

## Nota

### IML E POLÍCIA IDENTIFICAM TODAS AS VÍTIMAS DO ACIDENTE AÉREO DE VINHEDO

Os 62 corpos das pessoas que morreram na queda do avião da Voepass em Vinhedo, no interior de São Paulo, na última sexta-feira, já foram identificados e 41 foram liberados para o recolhimento pelas famílias. A informação foi divulgada pela Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo e o Instituto Médico Legal (IML) nesta quinta-feira, 15, em coletiva de imprensa. A conclusão das identificações aconteceu na noite da quarta-feira, passada. De acordo com Claudinei Salomão, superintendente da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo, 40 corpos foram identificados por análise de impressões digitais. Oito Estados de origem das vítimas foram mobilizados para o levantamento dos dados de identificação. Até mesmo as duas crianças que estavam no voo já tinham Registro Geral (RG), o que facilitou a identificação. As outras vítimas foram identificadas por exame odontológico, que comparou tomografias feitas em vida pelas vítimas (cedidas pelas famílias) e análises antropológicas, feitas com base em características fenotípicas, como por exemplo o peso do cadáver, altura, raça, se havia prótese de silicone, entre outros.

## ATAQUE A BOULOS

# MP pede a PF abertura de inquérito contra Pablo Marçal

ZECA FERREIRA/AE

O Ministério Público Eleitoral (MPE) solicitou ontem, a instauração de inquérito pela Polícia Federal (PF) contra o influenciador Pablo Marçal (PRTB). A abertura da investigação foi requisitada após uma notícia-crime enviada à Justiça Eleitoral pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), na qual o parlamentar acusa Marçal de divulgar notícias falsas contra ele. Ambos são candidatos à Prefeitura de São Paulo.

O promotor eleitoral Nelson dos Santos Pereira Júnior, da 2ª

Zona Eleitoral de São Paulo, pede que Marçal seja investigado pela suposta prática dos crimes de calúnia, difamação e divulgação de fatos inverídicos no contexto eleitoral. Esses crimes são previstos pelos artigos 323, 324 e 325 do Código Eleitoral, com pena máxima de até quatro anos de reclusão, além do pagamento de multa. A abertura da investigação aguarda decisão da Justiça.

Em nota, a assessoria jurídica do PRTB afirmou que, até o momento, nenhuma denúncia foi recebida. "Foi apresentada uma notícia-crime que pede seja investigada uma conduta e o Ministério Público opinou por se

iniciar a investigação, que ainda não foi iniciada. Esse procedimento é parte do processo legal e não implica em qualquer tipo de condenação ou culpabilidade. É legítimo que todo aquele que se sinta vítima comunique às autoridades, que têm o dever de apurar. Estamos confiantes de que Pablo Marçal demonstrará, mais uma vez, sua inocência", diz o texto.

A campanha do PSOL apresentou a denúncia contra Marçal na semana passada, após o debate eleitoral realizado na TV Bandeirantes no último dia 8. Durante o programa, o candidato do PRTB insinuou, sem apre-

sentar qualquer prova, que Boulos seria um usuário de drogas. No mesmo dia, Marçal chamou o candidato do PSOL de "cheirador de cocaína", postando diversos vídeos com a acusação em suas redes sociais.

Além de apresentar a notícia-crime, Boulos também pediu a remoção dos vídeos publicados por Marçal contra ele, além de direito de respostas nas redes sociais do influenciador. Na sexta-feira passada, a Justiça Eleitoral atendeu parcialmente ao pedido do psolista, determinando a remoção dos vídeos. O pedido de direito de resposta segue em análise.

## TRIBUNAL DE CONTAS

# TCE envia à Justiça Eleitoral lista de gestores com contas reprovadas

RAYSSA MOTTA  
E FAUSTO MACEDO/AE

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) encaminhou à Justiça Eleitoral a relação nominal de todos os agentes públicos que tiveram contas reprovadas pela Corte nos últimos oito anos. As informações podem derrubar candidaturas nas eleições municipais.

São 307 políticos, entre vereadores, secretários municipais e estaduais, dirigentes de autarquias e outros gestores públicos.

A lista engloba responsáveis por contas anuais e pres-

tações de contas julgadas irregulares com imputação de débito, ou seja, multa. São apenas casos que já transitaram em julgado, isto é, sem possibilidade de recurso.

O material foi encaminhado pelo presidente do TCE de São Paulo, conselheiro Renato Martins Costa, ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado na quarta-feira passada, e será usado na análise dos registros de candidatura nas eleições municipais.

O material foi encaminhado pelo presidente do TCE de São Paulo, conselheiro Renato Martins Costa, ao Tribunal Re-

gional Eleitoral do Estado na quarta-feira passada, e será usado na análise dos registros de candidatura nas eleições municipais.

Segundo a Lei de Inelegibilidades, quem tiver as contas rejeitadas por irregularidade "insanável" e por decisão irrecorrível não pode se candidatar a cargos eletivos pelo período de oito anos contados a partir da data do julgamento.

## OCORRÊNCIAS

O documento compartilhado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo aponta 389 ocorrências e cita 307 pessoas.

## OS CITADOS

A lista relaciona gestores públicos e ordenadores de despesas - presidentes de Câmaras, secretários municipais e estaduais, coordenadores de órgãos ou pastas, superintendentes, diretores, presidentes de fundos, fundações e autarquias e responsáveis por entidades do Terceiro Setor, entre outros.

Os casos levados pelo Tribunal de Contas ao TRE servirão como base para possíveis indeferimentos ou impugnações de candidaturas. A declaração de que o candidato estará apto a participar ou não da eleição cabe à Justiça Eleitoral.

## CRACOLÂNDIA

# MP vai fiscalizar políticas públicas contra 'ecossistema de negócios ilícitos'

PEPITA ORTEGA  
E MARCELO GODOY/AE

O Ministério Público de São Paulo decidiu acompanhar as políticas públicas que avalia necessárias para acabar com o "ecossistema de negócios ilícitos" identificado no centro de São Paulo, especialmente na Cracolândia, região controlada pelo PCC. A Promotoria quer verificar se as medidas vão seguir orientações dadas no bojo da Operação Salus et Dignitas (Segurança e Dignidade), entre elas a ordem para que a Prefeitura feche os hotéis, ferros-velhos e lojas que foram interditados na ofensiva.

Os promotores abriram um procedimento administrativo para acompanhar e averiguar políticas públicas de direitos humanos, assistência social, saú-

de, moradia e segurança que podem desbançar os negócios do crime organizado no centro de São Paulo.

A Operação Salus et Dignitas identificou ilícitos que envolvem exploração ilegal de mão de obra, casas de prostituição, uso massivo de máquinas caça níquel, tráfico de drogas, comércio ilegal de armas, corrupção de agentes públicos e comércio de produtos de origem ilegal.

Ontem, a Promotoria denunciou à Justiça um grupo de sete guardas civis metropolitanos por suspeita de ligação com associação criminosa instalada na Cracolândia.

Segundo a Promotoria, é essa rede de negócios que alimenta os espaços de influência e controle das facções, em especial o PCC, levando à "violação sistemática de direitos e garantias in-

dividuais e coletivos".

Por meio do procedimento administrativo, a Promotoria pretende acompanhar medidas que impliquem no "resgate da dignidade humana das pessoas em vulnerabilidade, na retomada do território, na reurbanização e no desenvolvimento de ações de assistência social e saúde".

Assinam a portaria do procedimento os promotores Lincoln Gaka, Juliano Atoji, Luiz Rebelato, Fábio Bechara, Eduardo Roos Neto, Carlos da Costa e Pedro Romão Neto.

Aberta no último dia 6, a Operação Salus et Dignitas aciou diferentes núcleos do crime organizado, em especial uma milícia de guardas civis que cobravam 'taxa de segurança' dos comerciantes do centro de São Paulo.

Também foi alvo da operação uma quadrilha que vendia armas no centro, além de uma rede de hotéis, hospedagem, ferro-velho, reciclagem e loja de venda de celulares que tiveram suas atividades comerciais "desvirtuadas".

A Promotoria já denunciou dois núcleos do crime: a milícia que atuava na Cracolândia e a associação criminosa que vendia armas de fogo, munições e dispositivos, inclusive fuzis. As acusações abarcam sete guardas civis e outros dois investigados.

O MP ainda vai seguir investigando o envolvimento de um policial civil e de outros 22 guardas civis metropolitanos com a milícia. Também pediu à Justiça o compartilhamento de provas com a Justiça Militar para que seja apurada a conduta de quatro PMs citados no inquérito.

## ELEIÇÕES 2024

# Lula aconselha Boulos a mudar de postura com Pablo Marçal

SOFIA AGUIAR  
E CAIO SPECHOTO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aconselhou o candidato à prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) a mudar sua postura em relação ao candidato Pablo Marçal (PRTB), após o debate promovido pelo Estadão, em parceria com o Portal Terra e a Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) na quarta-feira passada. Segundo Lula, o psolista não pode "dar

importância" ao ex-coach.

"O trabalho que o Boulos tem que fazer é não dar importância para o cidadão daquele tipo. Não tem nem que fazer pergunta pra ele, nem responder pergunta. Deixa ele falar o que ele quiser", comentou Lula, em entrevista à Rádio T, do Paraná.

No debate de ontem, os candidatos se envolveram em uma discussão que resultou em um tapa do psolista em uma carteira de trabalho usada pelo ex-coach para provocar o adversário polí-

tico. O incidente ocorreu após o embate entre os dois no terceiro bloco do programa, quando os dois já haviam retornado aos seus lugares. Uma integrante da organização precisou intervir, já que Boulos precisava ir ao centro do palco para responder a outra pergunta.

A discussão entre os candidatos, no entanto, começou antes, enquanto falavam sobre o desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo. Nesse momento, Boulos comparou a candida-

tura de Marçal à de Padre Kellmon nas eleições de 2022. "Veio para tumultuar", disse o psolista. Em resposta, o ex-coach retirou uma réplica de uma carteira de trabalho de um dos bolsos do paletó e, de forma irônica, afirmou que ia "exorcizar o demônio com uma carteira de trabalho".

Na avaliação de Lula, "os debates estão ficando deteriorados porque deteriorados estão os candidatos". "Estou dizendo que chegamos à era do fim do argumento. As pessoas não dão mais importância para o argumento, mas para as bobagens que se fala".

"Esses caras não têm dois minutos de argumento para discutir um problema social, não têm três minutos para discutir nenhum problema econômico", completou o chefe do Executivo federal.

## EMENDAS IMPOSITIVAS

# Congresso pede suspensão de decisões de Flávio Dino

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e dez partidos políticos apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de suspensão das decisões liminares do ministro Flávio Dino que interromperam o pagamento de emendas impositivas ao Orçamento da União.

No pedido, o Congresso questiona a legalidade e a constitucionalidade dos atos monocráticos de Dino e argumenta que as decisões foram proferidas fora de qualquer contexto de urgência que justificasse uma

análise isolada e não colegiada. “As decisões representam uma tentativa de controle de atos concretos da Administração Pública e do Poder Legislativo e causam danos imediatos, diretos e concretos ao interesse público, pois paralisam políticas e obras públicas de suma importância para a população e as gestões estaduais e municipais”, diz o documento.

## TRANSPARÊNCIA

Dino determinou na quarta-feira passada, em Brasília, a suspensão da execução das emendas impositivas ao Orçamento da União até que os po-

deres Legislativo e Executivo criem medidas de transparência e rastreabilidade dos recursos. Para o ministro, a suspensão das emendas é necessária para evitar danos irreparáveis aos cofres públicos. Na semana passada, Flávio Dino também manteve a suspensão das chamadas emendas Pix ao Orçamento da União.

No entendimento das advogadas da Câmara dos Deputados e do Senado e de partidos políticos, as decisões de Flávio Dino causam danos irreparáveis à economia pública, à saúde, à segurança e à própria ordem jurídica, além de violar pa-

temente a separação de poderes.

O pedido ao STF é assinado pelas Mesas Diretores da Câmara dos Deputados e do Senado e por dez partidos políticos: PL, União Brasil, PP, PSD, PSB, Republicanos, Solidariedade, MDB, PSDB e PDT.

A decisão individual de Flávio Dino será analisada a partir da meia-noite durante sessão plenária virtual da Corte. Na modalidade, os ministros inserem os votos no sistema eletrônico e não há deliberação presencial. O julgamento será encerrado às 23h59 desta sexta-feira.

## MARCOS DO VAL

# Moraes eleva multa contra rede social X por descumprir decisão

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem aumentar de R\$ 50 mil para R\$ 200 mil a multa diária aplicada contra a rede social X, por descumprimento de decisão judicial.

O caso trata de uma determinação de Moraes para a rede social bloquear o perfil do senador Marcos do Val (PL-ES) e de outros investigados. Segundo o gabinete do ministro, a ordem não foi cumprida.

Na terça-feira passada, o senador foi alvo de medidas cautelares determinadas pelo ministro no âmbito das investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro. Além do bloqueio das redes sociais, o parlamentar teve as contas bancárias bloqueadas ao valor de R\$ 50 milhões. A medida foi divulgada pelo próprio parlamentar em postagem na plataforma.

Na decisão, Moraes alertou que o novo descumprimento da determinação pode configurar crime de desobediência pelo representante legal do X no Brasil.

“Fica determinado, ainda, que a decisão anteriormente proferida, cujo teor foi comunicado mediante o ofício eletrônico, deverá ser cumprida no período máximo de uma hora, sob pena de multa diária de R\$ 200 mil para cada um dos perfis indicados”, decidiu o ministro.



ROSINEI COUTINHO/STF

Após a determinação de bloqueio, Marcos do Val disse que as medidas determinadas contra ele fazem parte de perseguição política.

“Essa ação não pode ser interpretada de outra forma senão como uma clara e flagrante demonstração de perseguição política. Não há base legal ou lógica que sustente tal medida, evidenciando que o objetivo não é outro senão o de tentar silenciar e prejudicar um parlamentar em pleno exercício de suas funções. É um ataque ao direito e à democracia, que não pode ser ignorado”, afirmou.

Em publicação no X, o bilionário Elon Musk, dono da rede social, classificou de censura as decisões judiciais que determinam bloqueio de contas de apoiadores e pessoas ligadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

## STF

# Cármén apoia Moraes e rebate crítica sobre acúmulo de cargos com TSE

FELIPE PONTES/ABRASIL

A ministra Cármén Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu ontem a atuação do ministro Alexandre de Moraes, seu antecessor no comando da Justiça Eleitoral e colega no Supremo. Ela disse que o acúmulo de cargos nos dois tribunais não confunde as funções nem deslegitima qualquer atuação.

Ao abrir a sessão plenária do TSE, Cármén Lúcia lembrou que o acúmulo dos cargos é uma determinação da Constituição, que prevê ainda que ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

componham a corte eleitoral.

A ministra abriu sua fala chamando Moraes de “grande ex-presidente” do TSE, que “cumpru um enorme papel, como é de conhecimento geral do país”. Ela mencionou diretamente as “notícias que vem sendo veiculadas” sobre o ministro.

Ela fez referência a reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*, que entre terça-feira e quarta-feira publicou uma série de notícias segundo as quais Moraes teria utilizado vias informais para pedir a produção de relatórios pelo TSE contra pessoas investigadas em inquérito que tramita no Supremo.

Ontem, Cármén Lúcia buscou

dirimir dúvidas sobre a atuação dos ministros que acumulam cargos no Supremo e no TSE, afirmando que esse acúmulo “não confunde as funções nem desmerece qualquer tipo de conduta adotada.”

A presidente do TSE negou ainda que os ministros busquem esse acúmulo de funções e poder, ou que se valham da estrutura da Justiça Eleitoral para outras funções que não sejam a manutenção das eleições.

“Notícias têm sido veiculadas sobre acumulação de cargos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), venho lembrar a todos que esta é

uma escolha constitucional que os constituintes vêm fazendo desde a década de 1930 do século passado”, frisou Cármén Lúcia.

“O Tribunal Superior Eleitoral tem o único objetivo de garantir a lisura a transparência e a segurança do processo eleitoral, nós nos comprometemos com isso e assim tem sido feito”, acrescentou.

Após a publicação das reportagens, outros ministros do Supremo saíram em defesa de Moraes, afirmando não haver nenhuma irregularidade na conduta do magistrado, entre eles Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo, Gilmar Mendes, decano, e Flávio Dino.

## CRIME SEM CASTIGO

# Senado aprova PEC que perdoa multas de partidos políticos

O Senado Federal aprovou ontem, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece novas regras para os partidos políticos na aplicação de recursos destinados às cotas raciais em candidaturas.

A chamada PEC da Anistia (9/2023) também perdoa os débitos dos partidos que descumpriram a aplicação mínima de recursos em candidaturas de pretos e pardos nas eleições passadas e permite a renegociação de dívidas tributárias

das legendas.

Segundo a proposta, para que as multas dos partidos sejam efetivamente canceladas os valores deverão ser investidos em candidaturas de pretos e pardos nas quatro eleições a serem realizadas a partir de 2026.

O texto aprovado determina que os partidos políticos deverão destinar 30% dos recursos do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário às candidaturas de pessoas pretas e pardas, a partir das eleições deste ano. A regra

pode acabar reduzindo as verbas para essas candidaturas, pois, atualmente, os gastos devem ser proporcionais ao número de candidatos negros, ou seja, caso 50% dos candidatos de um partido sejam negros, os recursos para essas candidaturas também devem ser de 50% do total.

O texto, analisado ontem em dois turnos pelos senadores, segue para promulgação pelo Congresso Nacional. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição, ela não passa pe-

la sanção presidencial.

## DÍVIDAS

De acordo com a PEC, os partidos poderão parcelar as dívidas previdenciárias em até 60 meses e os demais débitos em até 180 meses.

O texto prevê que os partidos, seus institutos ou suas fundações poderão usar recursos do Fundo Partidário para pagar multas e outras sanções por descumprimento da lei eleitoral e os débitos de natureza não eleitoral.

## ELEIÇÕES 2024

# Com fim de prazo, mais de 450 mil candidaturas foram registradas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Justiça Eleitoral recebeu em todo o país 451.988 registros de candidaturas de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos que pretendem disputar as eleições municipais de outubro. O prazo para registro presencial das candidaturas terminou às 19h de ontem. O registro virtual foi encerrado às 8h.

Os dados estão na plataforma DivulgaCand, mantida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para centralizar os pedidos de registros de candidaturas em todo o país. Os dados foram atualizados às 19h18 e ainda podem ser alterados.

Até o momento, os tribunais

regionais eleitorais (TREs) receberam 15.341 registros de candidaturas para prefeito, 15.415 para vice-prefeito e 421.232 para o cargo de vereador.

O registro será analisado pelo juiz da zona eleitoral da cidade na qual o candidato pretende concorrer. Entre as causas de inelegibilidade, está o julgamento de contas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A lista com o nome de 9,7 mil pessoas nessa situação foi entregue hoje ao TSE.

Se o juiz constatar a falta de algum documento, poderá pedir que o candidato resolva a pendência no prazo de até três dias. Caberá ao magistrado decidir se deferiu ou indefere a

candidatura. Se o registro for negado, o candidato poderá recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de seu estado e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Durante o período de análise, as candidaturas poderão ser contestadas pelos adversários, partidos políticos e o Ministério Público Eleitoral (MPE). Eles poderão denunciar alguma irregularidade no cumprimento dos requisitos legais para o registro.

O primeiro turno das eleições será no dia 6 de outubro. O segundo turno da disputa poderá ser realizado em 27 de outubro nos municípios com mais de 200 mil eleitores, nos quais nenhum

dos candidatos à prefeitura atingiu mais da metade dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos, no primeiro turno.

## PROPAGANDA

A propaganda eleitoral nas ruas e na internet começa nesta sexta-feira (16), um dia após o fim do prazo para registro das candidaturas.

Os candidatos poderão fazer carreatas, comícios, panfletagem entre 8h e 22h. Anúncios pagos na imprensa escrita e na internet também estão liberados. O horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão do primeiro turno será iniciado no dia 30 de agosto e vai até 3 de outubro.

## DOENÇA

# Saúde negocia compra de 25 mil doses de vacina contra mpox

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A aquisição emergencial de 25 mil doses de vacina contra a mpox está sendo negociada pelo Ministério da Saúde com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). O anúncio foi feito pela pasta, ontem. A doença foi declarada emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Durante a primeira emergência global por mpox, em 2023, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso emergencial da vacina Jynneos para combater a doença, já que o insucesso não era licenciado no Brasil. A autorização foi renovada em fevereiro deste ano, mas venceria novamente este mês. O ministério já fez um novo pedido de renovação.

Segundo a Anvisa, o imunizante é destinado a adultos com idade igual ou superior a 18 anos e tem prazo de até 60 meses de validade, quando conservado entre -60 graus Celsius (°C) e -40°C. A prorrogação da dispensa temporária e excepcional é válida por seis meses e se aplica somente ao ministério.

## PÚBLICO-ALVO

Desde 2023, mais de 29 mil doses contra a mpox foram aplicadas no Brasil. O público-alvo definido à época da primeira emergência incluiu pessoas vivendo com HIV/aids de 18 a 49 anos, independentemente do status imunológico identificado pela contagem de linfócitos TCD4; e profissionais de laboratórios do tipo NB-2 com idade entre 18 e 49 anos e que trabalham com o Orthopoxvirus.

Quem teve contato direto com fluidos e secreções corporais de pacientes com suspeita de infecção por mpox também integrou o público-alvo defini-

do pelo ministério para ser imunizado contra a doença, mas mediante avaliação da vigilância local.

## VIGILÂNCIA

“Estamos numa fase em que o que é importante é a vigilância e o monitoramento”, destacou a ministra da Saúde, Nísia Trindade. “Muitas vezes, as pessoas ficam ansiosas. A vacina sempre gera uma grande expectativa. Mas é importante reiterar que, nos casos em que se recomenda a vacinação, ela é muito seletiva, focada em públicos-alvo muito específicos até este momento”, explicou a ministra.

“A vacina Jynneos é de um produtor nórdico e tem uma produção pequena. Há insuficiência no mercado internacional”, ressaltou a secretária de Vigilância em Saúde do ministério, Ethel Maciel. “Neste momento, estamos negociando com a Opas um processo de compra. Para que, além daquelas pessoas que já vacinamos, ter uma reserva no Brasil”, completou.

Segundo Ethel, dentro das configurações da nova emergência global instalada pela OMS, o Brasil está no nível 1, o menos alarmante, com cenário de normalidade para a doença e sem casos da nova variante identificada na República Democrática do Congo, na África. O último óbito pela doença em solo brasileiro foi registrado em abril de 2023.

De acordo com o ministério, o nível 2 refletiria um cenário de mobilização, com detecção de casos importados no Brasil; o nível 3, cenário de alerta, com detecção de casos autóctones esporádicos; o nível 4, situação de emergência, com transmissão sustentada em território nacional; e o nível 5, situação de crise, com uma epidemia de mpox instalada no país.

## BOLSAS E AUXÍLIOS

## Alunos e servidores da Uerj entram em conflito em ocupação

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

Estudantes e seguradoras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) entraram em conflito ontem. A universidade suspendeu as atividades no campus. Desde 26 de julho um grupo de estudantes ocupa a reitoria em protesto contra mudanças nas regras para a concessão de bolsas e auxílios de assistência estudantil para alunos da graduação.

Os ânimos se acirraram quando, nessa quarta-feira passada, os estudantes estenderam a ocupação também ao Pavilhão João Lyra Filho, principal prédio do campus Maracanã. Com bancos e cadeiras, os estudantes montaram barricadas para impedir o acesso ao prédio.

O conflito ocorreu na desocupação desse pavilhão. Segundo relatos de estudantes, houve truculência por parte dos servidores e seguradoras que buscavam a desocupação. Já a universidade afirma que o processo foi pacífico.

Em comunicado divulgado ainda na noite de ontem, a reitoria informou que considerou as ações dos estudantes "inaceitáveis" e que determinou a abertura de sindicância para apuração imediata dos fatos e identificação dos envolvidos. Horas depois, expediu um novo comunicado, suspendendo as aulas na universidade ontem.

## BARRICADAS

Ontem, servidores e seguradoras retiraram as barricadas do prédio recém-ocupado. Vídeos divulgados por alunos mostram muita confusão e gritaria, enquanto, de um lado, os estudantes tentam manter as barricadas, e, de outro lado, seguradoras e servidores tentam avançar para retomar o espaço.

"A segurança foi de forma truculenta para remover os estudantes que estão na ocupação, que são majoritariamente pessoas em situação de vulnerabilidade social, mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e pessoas da comunidade LGBTQIA+." O bandeirão da universidade foi fechado para garantir que nenhum estudante que esteja dentro da ocupação se alimente. Os portões do campus foram trancados e os funcionários, servidores e estudantes que tentaram entrar foram agredidos por seguradoras", relatam estudantes no perfil @ocupareitoriauerj nas redes sociais.

Em nota, ontem, a Uerj diz que aproximadamente 40 estudantes seguem ocupando apenas a área da Reitoria da Uerj, no campus Maracanã. A universidade informa, ainda, que, "de forma pacífica, seguradoras terceirizadas e servidores retiraram as barreiras das entradas e liberaram o prédio".

As atividades da universidade seguem paralisadas hoje. "As

definições para os próximos dias ainda estão sendo debatidas", diz a instituição. "Com grupos divergentes à frente da ocupação e sem uma liderança constituída com base nas entidades representativas dos estudantes, a reitoria segue procurando o diálogo", acrescenta a universidade.

## DEMANDAS

Segundo a estudante de Ciências Sociais Mariola Araújo, foram feitas reuniões de negociação, mas, desde o início do mês, não há tentativa de diálogo. Não apresentavam propostas para a gente, tentavam vencer a gente de sair e não apresentaram propostas para a gente sair", diz ela.

Os estudantes pedem a revogação do Ato Executivo de Decisão Administrativa (Aeda) 038/2024. Ele estabelece, entre outras medidas, que o Auxílio Alimentação passará a ser pago apenas a estudantes cujos cursos tenham sede em campi que ainda não possuam restaurante universitário. O valor do Auxílio Alimentação será de R\$ 300, pago em cotas mensais, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Além disso, ato da Uerj estabelece como limite para o recebimento de auxílios e Bolsa de Apoio a Vulnerabilidade Social ter renda familiar, por pessoa, bruta igual ou inferior a meio salário mínimo vigente no momento da concessão da bolsa. Atualmente, esse valor é equivalente a até R\$ 706. Para receber auxílios, a renda precisa ser comprovada por meio do Sistema de Avaliação Socioeconômica (ASE).

As novas regras, segundo a Uerj, excluem 1,2 mil estudantes, que deixam de se enquadrar nas exigências para recebimento de bolsas.

A própria Mariola é uma das estudantes que deixará de receber o auxílio alimentação. Ela diz que o recurso fará muita falta e que poderá impactar inclusive no aluguel que precisa pagar. "A nossa demanda principal é a revogação desse Aeda, mas a gente entende que precisa de recomposição orçamentária para a universidade. Então, essas são as principais pautas", explicou.

Em posicionamento no fim de julho, a Uerj disse que as bolsas de vulnerabilidade foram criadas no regime excepcional da pandemia e que o pagamento delas foi condicionado à existência de recursos. Além disso, diz que, nas regras atuais, os auxílios seguem sendo oferecidos para 9,5 mil estudantes em um universo de 28 mil alunos da Uerj. "Todos os jovens em vulnerabilidade socioeconômica seguem atendidos, considerando que o programa contempla como prioridade os cotistas e alunos com renda *per capita* familiar de meio salário mínimo".

Raphaela Mendes, técnica do partido responsável por inserir as candidaturas no sistema do TSE. O Avante já solicitou a mudança à Justiça Eleitoral, para inserção da foto abaixo. Caçulinha é natural de Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Espírito Santo, mas já é conhecido do eleitor do Rio desde 2006. O corretor da zona oeste se registrou como candidato ao cargo de deputado estadual em 2006, 2010, 2014 e 2022, conforme informações da Justiça Eleitoral. Em 2010 e 2022, ficou com suplente. Já em 2014, teve a candidatura indeferida.

## VENEZUELA

# Lula ainda não reconhece Maduro como presidente

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que ainda não reconhece o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, como vitorioso nas eleições realizadas no dia 28 de julho no país. "Ainda não. Ele (Maduro) sabe que está devendo uma explicação para a sociedade brasileira e para o mundo", disse Lula ao ser questionado se reconhecia o resultado do pleito.

O Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela declarou Maduro reeleito com 51,21% dos votos. O principal candidato opositor, Edmundo González Urrutia obteve 44,2% dos votos. A oposição e várias nações questionam a legitimidade da vitória e cobram transparência no processo, incluindo o Brasil, com a divulgação das atas de cada uma das mais de 30 mil seções eleitorais.

"As urnas na Venezuela, quando você vota em uma máquina eletrônica como aqui, tem um tiquete; aquele tiquete é colocado em uma urna. Então, você tem o voto eletrônico e você tem a urna. O que nós queremos é

que o Conselho Nacional que cuidou nas eleições diga publicamente quem é que ganhou nas eleições, porque até agora ninguém disse quem ganhou", disse Lula em entrevista à Rádio T, em Curitiba, no Paraná.

Atas eleitorais em posse dos partidos que apoiam o governo da Venezuela foram entregues ao Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) do país. A campanha do candidato Edmundo González também publicou na internet atas eleitorais que estão em posse dos partidos que o apoiam, que indicam uma vitória de González.

"Tem que apresentar os dados, agora os dados têm que ser apresentados por algo que seja confiável. O Conselho Nacional Eleitoral, que tem gente da oposição, poderia ser, mas ele (Maduro) não mandou (as suas atas) para o conselho, ele mandou para a Justiça, para a Suprema Corte dele", disse Lula, afirmando que não pode julgar a atuação da Suprema Corte de outro país.

O presidente brasileiro defendeu que seja estabelecido um governo de coalizção no país vizinho, com participação da oposição, ou ainda, que novas eleições

sejam convocadas. Maduro estará na Presidência até o dia 10 de janeiro de 2025, data marcada para que o vencedor do pleito assumira o novo mandato.

"Muita gente que está no meu governo não votou em mim e eu trouxe todo mundo para participar do governo", disse Lula, lembrando a coalizção de partidos que apoiaram a sua eleição em 2022. "Se ele (Maduro) tiver bom senso, ele poderia tentar fazer uma conchamação ao povo da Venezuela, quem sabe até convocar novas eleições, estabelecer um critério de participação de todos os candidatos, criar um comitê eleitoral suprapartidário que participe todo mundo e deixar que entrem olheiros do mundo inteiro para ver as eleições", acrescentou.

Quarta-feira, Lula e o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, conversaram sobre o impasse político na Venezuela. Os dois países tentam fazer uma mediação para tentar resolver a crise que já levou à prisão mais de 2 mil opositores de Nicolás Maduro.

"Eu não quero me comportar de forma apaixonada e precipitada, (dizer) eu sou favorável a fu-

lano ou sou contra'. Não, eu quero o resultado (factível)", disse. "O que eu não posso é ser precipitado e tomar uma decisão. Da mesma forma que eu quero que respeitem o Brasil, eu quero respeitar a soberania dos outros países", acrescentou o presidente.

Lula ainda não falou com Maduro após o processo eleitoral na Venezuela. Ele e o presidente Venezuelano conversaram a última vez, por telefone, em junho, e, antes, pessoalmente, durante a cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em Kingstown, capital de São Vicente e Granadinas.

"Eu conversei pessoalmente com o Maduro antes das eleições dizendo que a transparência do processo eleitoral dele e a legitimidade do resultado eram o que iria permitir a gente continuar brigando para que fossem suspensas as sanções contra Venezuela", lembrou Lula.

A Venezuela enfrenta, desde agosto de 2017, um bloqueio econômico internacional que limita o acesso ao mercado de crédito global e, desde janeiro de 2019, também ao mercado de petróleo e outros minerais.

## Celso Amorim vê brecha para Corte anular votação e pedir nova eleição

FELIPE FRAZÃO/AE

O ex-chanceler Celso Amorim, chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, disse ontem, que a ideia de promover novas eleições na Venezuela não é dele, mas que vê brechas para esse desfecho a partir de eventual anulação do pleito pelo Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), a entidade máxima do Judiciário da Venezuela controlada pela ditadura chavista.

O assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enviado por ele ao país, participou de audiência pública no Senado para dar explicações sobre seu papel e a iniciativa de diálogo do Brasil, provocado pela oposição ao governo Lula. Insistentemente questionado sobre qual seria a posição do País se o resultado eleitoral não ficar demonstrado, Amorim disse que o Brasil não vai reconhecer um governo venezuelano se as atas de votação não forem divulgadas, como demanda a comunidade internacional.

Quase três semanas depois da eleição, o governo venezuelano ainda não apresentou publicamente as atas de votação, o documento que registra o total de votos e o resultado em cada um dos cerca de 30.000 locais de votação da Venezuela. "Se não houver nenhum acordo que possibilite avançar, nós não vamos reconhecer um governo se as atas não aparecerem", afirmou o ex-ministro.

Segundo Amorim, a realização de uma espécie de "segundo turno" é um tema em discussão nos bastidores do governo Luiz Inácio Lula da Silva e com outros interlocutores externos, como saída para o impasse entre o regime do ditador Nicolás Maduro e a oposição. Os dois lados dizem ter vencido a disputa de 28 de julho. O assessor especial argumentou que, se ambos argumentam ter vencido, poderiam ganhar novamente uma segunda votação.

A ideia de uma nova eleição na Venezuela foi defendida também pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, mas é vista com ceticismo pela maioria da comunidade internacional. O próprio chavismo rejeitou a ideia. "É uma estupidez", afirmou o número 2 do chavismo, Diosdado Cabello, sobre a ideia. "Não vamos repetir eleições coisa nenhuma", disse o vice-presidente do PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela), a legenda que controla o Estado venezuelano e tem Maduro na lide-

rança. "Um segundo turno? Na Venezuela não há segundo turno. Senhores... Não se metam nos assuntos internos da Venezuela que vamos respondê-los"

Opositores também rejeitam a possibilidade de uma nova eleição, e consideram que a apresentação de atas, a esta altura, estaria sujeita a novas fraudes. "Eu pergunto a vocês. Se não agrada o resultado de uma segunda eleição, vamos por uma terceira? Uma quarta? Uma quinta? Vocês aceitariam isso em seu país?", disse María Corina Machado em uma coletiva de imprensa. "Propor isso é desconhecer o que aconteceu em 28 de julho, é um desrespeito aos venezuelanos", completou.

Partidários do opositor Edmundo González Urrutia divulgaram cópias atas eleitorais que o mostram com 67% dos votos, ante 30% de Maduro. Um estudo realizado por Walter Mebane, professor de ciência política da Universidade de Michigan (EUA) e especialista em detecção de fraude eleitoral, concluiu que não houve fraude nas atas eleitorais divulgadas pela oposição da Venezuela para afirmar que o vencedor das eleições foi Urrutia.

Já o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão oficial controlado pelo chavismo, deixou de dar transparência aos dados e proclamou a reeleição do ditador por 52% a 43%. O CNE disse ter sofrido um ataque cibernético - alegação que é contestada internacionalmente.

Ao menos três apurações independentes, da AP, do Washington Post e da plataforma AltaVista, desenvolvida por uma organização sem fins lucrativos da Venezuela indicam que o opositor venezuelano Edmundo González Urrutia venceu as eleições contra o ditador Nicolás Maduro nas eleições da Venezuela, diferentemente do que afirma o resultado oficial do Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Feitas com base em atas eleitorais disponíveis, as apurações identificaram que o opositor recebeu pelo menos meio milhão de votos a mais que o divulgado pelo órgão eleitoral do país, dominado pelo chavismo.

"Nosso objetivo é que tem que aparecer essas atas. E têm que ser publicadas pelo CNE. O problema e aí a gente não sabe bem, a legislação parece contraditória... A sala eleitoral da Corte Suprema permite considerar e se (a corte) verificar que a vontade popular não está sendo respeitada pode anular a

eleição. Então acabaria resultando no que a senhora e muitos outros chamam de minha proposta de novas eleições", disse Amorim, em resposta à senadora Teresa Cristina (PP-MS), autora do requerimento que o levou à audiência pública.

Celso Amorim afirmou que, oficialmente, nem ele nem o governo brasileiro jamais fizeram uma proposta de novas eleições, embora reconheça que o assunto vem sendo discutido nos bastidores. Amorim afirmou que ouviu a sugestão de um interlocutor "não brasileiro" com o qual discutiu uma saída. Ele se negou a revelar a identidade dessa pessoa.

"É um tema. É uma ideia que está aí. Estamos dialogando e vendo se surge uma ideia. Manter a paz é o objetivo principal", disse o ex-chanceler, que agregou que "segundo turno" - não previsto nas leis venezuelanas e rechaçado pela oposição - dependeria de uma sólida supervisão internacional e do levantamento de sanções

## ACORDO

Ele também lembrou que o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, já sugeriu um acordo de garantias mútuas. E disse que o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, "se retraiu" da participação na diplomacia presidencial tríplice com Lula e Petro para não lançar pressão sobre o novo governo da sucessora Claudia Scheinbaum. Ela assume em 1º de outubro e indicou indisposição de se envolver, ao sugerir que a controvérsia deve ser resolvida na Justiça venezuelana, controlada pela ditadura chavista, e depois avaliada por instituições internacionais.

O ex-chanceler destacou que o País tem recebido apoio de líderes globais como o presidente dos EUA, Joe Biden, e o presidente da França, Emmanuel Macron. Segundo eles, todos os países demonstram confiança na interlocução mantida pelo Brasil, embora nos bastidores haja discordâncias e também receio com o resultado final, como mostrou o *Estadão*. Amorim revelou que recebeu um telefonema do Vaticano, nesta semana, e que Biden pediu uma nova chamada com Lula para tratar do assunto, o que pode ocorrer nas próximas horas.

"O Brasil não corre o risco de ser pária. Não vamos impor a democracia à Venezuela", afirmou o ex-chanceler.

O ex-chanceler afirmou que o

regime e a oposição têm "visão distinta" também sobre o papel legal da Corte Suprema no ordenamento jurídico do país. Enquanto Maduro acionou a sala eleitoral do TSJ, controlada pela ditadura, pedindo uma investigação sobre um suposto ataque hacker vindo da Macedônia do Norte e a "certificação" de sua vitória, a Plataforma Unitária Democrática enxerga uma "invasão de competência", porque o CNE deveria ser o órgão que trata das eleições, e boicotou o chamado para que González se apresentasse e se manifestasse na ação, alegando insegurança.

## IMPOTÊNCIA

O assessor de Lula confirmou que não se encontrou com a líder opositora María Corina Machado nem visitou opositores na prisão. Ele disse ter sido enviado por Lula como potencial mediador de diálogo e que não "dispunha de ferramentas" para fazer uma ampla observação do pleito.

No entanto, afirmou que a perseguição preocupa o País. Citou que a comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas relatou 23 mortes em manifestações contrárias ao regime após a votação e 1,2 mil presos - número abaixo dos 2,2 mil citados pelo chavismo, o que indica, para o ex-ministro, uma forma de causar "temor" e ameaça.

Amorim revelou que o governo brasileiro ofereceu ao regime e à oposição enviar um avião oficial da Força Aérea Brasileira para retirar da Venezuela assessores da campanha de González que estavam abrigados na embaixada da Argentina. As instalações argentinas e os edifícios ficaram sob a proteção do Brasil quando os países romperam relações, a partir da expulsão dos diplomatas de Buenos Aires. Amorim afirmou que não houve ainda resposta, mas insistiu que é necessário manter canais de diálogo com Caracas.

Segundo ele, somente a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União Europeia (UE) teriam capacidade de realizar tal tarefa em escala, mas que a primeira "perdeu credibilidade" e que a segunda deu um "pretexto para ser desconvidada" pelo regime chavista, ao não levantar sanções.

"Não recebi a María Corina de liberadamente porque eu achei que alguém tinha que manter contato com o governo, mas sim recebi o candidato González. Todo mundo sabe das influências recíprocas (entre eles).

## VEREADOR

## Candidato se registra com foto de 'Tartaruga Ninja'

VINÍCIUS NOVAIS/AE

O corretor de imóveis Manoel Gilberto da Silva (Avante) registrou sua candidatura a vereador do Rio de Janeiro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com uma foto de personagem Leonardo, do desenho animado "As Tartarugas Ninja". Com o nome de urna "Caçulinha o amigo do Rio", ele está concorrendo à sua sétima eleição.

Procurado, o Avante explicou que se trata de um erro. "Na hora, salvou por erro essa foto que estava na proteção de tela do meu computador", disse